

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 09/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – E.A.D.- Masp. 366.655-9 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 10/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – C.B.de A.- Masp. 371.294-0 ATB3G ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 11/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – D. D. N.- Masp. 631.441-3 PEB1A ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 12/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – J.H.de O.- Masp. 370.346-9 ATB4 ADM 01

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 13/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – S.da P.F.R.- Masp. 808.963-3 ATB4H ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 14/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Almenara – M.do C.L.- Masp. 240.747-9 ASBJJ ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 15/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Bandeira – E.M.S.e.A.- Masp. 278.254-8 PEB2P ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 16/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Cachoeira de Pajeú – A. P.de M.M.- Masp. 931.426-1 PEB1G ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 17/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Cachoeira de Pajeú – A. P.de M.M.- Masp. 931.426-1 PEB1G ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 18/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Divisópolis – E.O.M.D.- Masp. 278.243-1 PEB1J ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 19/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jacinto – S.F.T.- Masp. 278.388-4 ATB2O ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 20/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Joaima – E. de S. F.- Masp. 356.706-2 ASE4I ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 21/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Joaima – J. das G.M.M.R.- Masp. 248.421-0 PEB1P ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 22/2015
 - DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Joaima – M.S.G.- Masp. 365.253-4 PEB1N ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 23/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Joaima – S. dos A. S.- Masp. 365.265-8 PEB2M ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 24/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Joaima – S. dos A. S.- Masp. 365.265-8 PEB2M ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 25/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Joaima – M.D.M.B.- Masp. 278.423-6 PEB2P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 26/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Joaima – G.M.M.- Masp. 631.460-3 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 27/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de van-

tagens pecuniárias ao servidor: Jequitinhonha – M.E.L.dos S.- Masp. 632.800-9 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 28/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jequitinhonha – N.P.da S.- Masp. 365.255-9 PEB1A ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 29/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jequitinhonha – A.B.do V.S.- Masp. 611.154-6 ATB5F ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 30/2015
 - DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jequitinhonha – M.da G.de S.S.- Masp. 639.575-0 ASB1A ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 31/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jequitinhonha – G.H.J.da C.L.- Masp. 631.531-1 PEB1B ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 32/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jequitinhonha – E.V.de P.R.- Masp. 324.220-3 PEB2P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 33/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jequitinhonha – F.C.F.L.- Masp. 365.233-6 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 34/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jordânia – M.A.F.- Masp. 278.315-7 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 35/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Jordânia – R.S.D.G.- Masp. 278.161-5 PEB1H ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 36/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Felisburgo – R.F.P.C.- Masp. 340.258-3 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 37/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Felisburgo – M.M.B.- Masp. 324.250-0 PEB2J ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 38/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Mata Verde – J.F.S.- Masp. 278.070-8 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 39/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Mata Verde – G.C.S.- Masp. 278.051-8 PEB2A ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 40/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Mata Verde – S.V.S.- Masp. 324.311-0 PEB2P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 41/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Monte Formoso – T.S.C.A.- Masp. 248.427-7 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 42/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da Lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Monte Formoso – T.S.C.A.- Masp. 248.427-7 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 43/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Pedra Azul – A. dos S.S.- Masp. 344.852-9 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 44/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Pedra Azul – A.V.P.- Masp. 372.403-6 PEB4A ADM 03.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 45/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Pedra Azul – E.O.P.deS.- Masp. 299.667-6 PEB2P ADM 02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 46/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução

SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Pedra Azul – T.S.P.- Masp. 248.724-7 ATB4P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 47/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Pedra Azul – I.R.C.- Masp. 278.062-5 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 48/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Pedra Azul – M.G.S.- Masp. 278.137-5 PEB2P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 49/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Pedra Azul – V.P.- Masp. 286.943-6 PEB1A/PEB1P ADM 01/02.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 50/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Rio do Prado – R.V.de A.- Masp. 278.385-0 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 51/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Rubim – C.A.S.e S.- Masp. 278.030-2 PEB1P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 52/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Salto da Divisa – M. de F. S. M.- Masp. 248.815-3 PEB2P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 53/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Santo Antônio do Jacinto – G.A.R.de A.- Masp. 638.616-3 PEB2P ADM 01.

PROCESSO ADMINISTRATIVO INSTAURAÇÃO - PORTARIA DIPE Nº 54/2015
 DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, nos termos da lei nº 14.184 de 31/01/2002, c/c a Resolução SEPLAG nº 37 de 12/09/2005, para apurar concessão indevida de vantagens pecuniárias ao servidor: Salto da Divisa – M.de A. S.- Masp. 636.347-7 PEB1P ADM 01.

29 748593 - 1

SRE de Carangola

RETIFICAÇÃO / FÉRIAS - PRÊMIO - ATO Nº 16/15
 RETIFICA NOS ATOS de Férias-Prêmio referente às servidoras: CARANGOLA- E. E. “Dr. Jonas de Faria Castro”, MaSP 344202-7, Romilda Maria Silva da Mata, PEB III P, 1º cargo, Ato nº 30/95 publicado em 31/10/95, por proporcionalidade de zona rural, onde se lê: Nos termos do art. 31, inc. II da CE, com redação dada pela EC nº 13, de 14/12/94, 03 meses referente ao 1º quinquênio, leia-se: Nos termos do § 4º do art. 290 da CE/89, 03 meses e 01 dia referente ao 1º quinquênio de exercício a partir de 22/09/95. E. E. “Melo Viana”, MaSP 339701-5, Christine Valadão Leite Araujo, PEB II P, 1º cargo, Ato nº 28/10, publicado em 22/09/10, onde se lê: 4º quinquênio de exercício a partir de 06/09/10, leia-se: 4º quinquênio de exercício a partir de 07/09/10.
 RETIFICAÇÃO / QUINQUÊNIO - ATO Nº 07/15
 RETIFICA NO ATO de Quinquênio referente à servidora: CARANGOLA- E. E. “Emília Esteves Marques”, MaSP 328617-6, Luzia Guilherme de Oliveira, EEB II G, 3º cargo, Ato nº 02/03 publicado em 25/02/03, onde se lê: 2º quinquênio a partir de 01/02/03, leia-se: 2º quinquênio a partir de 02/07/02, data do exercício.

29 748670 - 1

FÉRIAS - PRÊMIO - CONCESSÃO - ATO Nº 21/15
 CONCEDE TRÊS MESES DE FÉRIAS - PRÊMIO, nos termos do § 4º do art. 31, da CE/1989, às servidoras: CARANGOLA- E. E. “Dr. Jonas de Faria Castro”, MaSP 344202-7, Romilda Maria Silva da Mata, PEB III P, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio de exercício a partir de 17/09/15; E. E. “Melo Viana”, MaSP 339701-5, Christine Valadão Leite Araujo, PEB II P, 1º cargo, referente ao 5º quinquênio de exercício a partir de 15/09/15.

ANULAÇÃO/QUINQUÊNIO - ATO Nº 03/15
 ANULA NO ATO, no que se refere à servidora: CARANGOLA- E. E. “Emília Esteves Marques”, MaSP 328617-6, Luzia Guilherme de Oliveira, EEB II G, 3º cargo, retificação do 2º quinquênio, Ato nº 13/07, publicado em 20/06/07, por erro na publicação.

LOTAÇÃO - ATO Nº 04/15
 LOTA, nos termos do inciso I do art. 75 da Lei nº 7.109, de 13/10/1977, as servidoras: CARANGOLA, na E. E. “Walton Batalha Lima”, MaSP 319445-3, Marlene Pereira Albuquerque, PEB III E, 1º cargo, Anos Iniciais, a contar de 24/07/15; ORIZÂNIA, na E. E. “dos Dornelas”, MaSP 1322430-8, Dil Milaine Henrique de Jesus, PEB I A, 2º cargo, Língua Portuguesa, com 16 aulas, a contar de 20/07/15.

ALTERAÇÃO DE NOME - ATO Nº 08/15
 ALTERA OS NOMES, à vista de documento apresentado, das servidoras: ESPERA FELIZ- E. E. “Altivo Leopoldino de Souza”, MaSP 879866-2, Maria Ester de Oliveira para Maria Ester de Oliveira Ignatchi; PEDRA DOURADA- E. E. “Maria da Conceição Gonçalves Carrara”, MaSP 1334250-6, Amanda Carvalho de Oliveira Olimpio para Amanda Carvalho de Oliveira.

AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO – ATO Nº 17/15
 REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea “a” do art. 201, da Lei nº 869, de 05/07/1952, por até oito dias consecutivos, à servidora: ESPERA FELIZ- E. E. “Altivo Leopoldino de Souza”, MaSP 879866-2, Maria Ester de Oliveira, PEB III L, 1º cargo, a partir de 08/09/15.

OPÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 02/15
 REGISTRA OPÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do inciso II, art. 23 da Lei nº 21710, de 2015, e art. 28-A da Lei nº 15293, de 2004, dos servidores: CAPARAÓ- E. E. “Prof. Francisco Lentz”, MaSP 319550-0, Válder Martins da Silva, PEB III P, adm. 01 e EEB II B, adm. 02, pela remuneração dos cargos de provimento efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola DIV, a partir de 01/07/15, vinculado ao cargo efetivo de PEB III P, adm. 01; FERVEDOURO- E. E. “de Ensino Fundamental e Médio”, MaSP 897996-5, Mariza Aparecida de Andrade Henrique, PEB III I, adm. 01 e PEB III E, adm. 02, pela remuneração dos cargos de provimento efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola DV, a partir de 01/07/15, vinculado ao cargo efetivo de PEB III I, adm. 01; E. E. “Joaquim Bartholomeu Pedrosa, MaSP 936153-6, Alessandro Chicarelli Pereira, PEB III N, adm. 01 e PEB I B, adm. 02, pela remuneração dos cargos de provimento efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola DII, a partir de 01/07/15, vinculado ao cargo efetivo de PEB III N, adm. 01; SÃO PEDRO DO GLÓRIA- E. E.

“São Pedro do Glória”, MaSP 524192-2, Lilian de Lima Pereira Lau-reano, PEB III H, adm. 01 e PEB II J, adm. 02, pela remuneração dos cargos de provimento efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola DV, a partir de 01/07/15, vinculado ao cargo efetivo de PEB III H, adm. 01.

29 748667 - 1

SRE de Conselheiro Lafaiete

RETIFICAÇÃO ATO Nº 100/2015
 RETIFICA NO ATO DE OPÇÃO REMUNERATÓRIA /REGISTRA OPÇÃO REMUNERATÓRIA, do(a) servidor (a): Casa Grande-EE. “Silvestre Nunes”, MaSP:807.659-8, Elma Eliane Dutra Tavares, PEB2M, admissão 01, PEB2M, admissão 01, pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola D V, a partir de 01/07/2015; Ato nº23/2015, publicado em 23/09/2015, por motivo de incorreção , onde se lê: Elma Eliane Dutra Tavares, leia-se Elma Elaine Dutra Tavares.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 101/2015
 RETIFICA NO ATO DE OPÇÃO REMUNERATÓRIA /REGISTRA OPÇÃO REMUNERATÓRIA, do(a) servidor (a): Congonhas- E.E. “Feliciano Mendes” MaSP: 842.328-7, Ronaldo Machado Pinto, PEB3N, admissão 01, pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola D V, a partir de 01/07/2015; Ato nº24/2015, publicado em 23/09/2015, por motivo de incorreção , onde se lê: Diretor de Escola D V, leia-se : Diretor de Escola D II.

RETIFICAÇÃO ATO Nº 102/2015
 RETIFICA NO ATO DE OPÇÃO REMUNERATÓRIA /REGISTRA OPÇÃO REMUNERATÓRIA, do(a) servidor (a): Caranai- E.E. “Coronel Celso Resende”, MaSP: 344.294-4, Maria Nilce de Rezende Moreira Cócilo ,PEB2P, admissão 01, pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola D V, a partir de 01/07/2015; Ato nº24/2015, publicado em 23/09/2015, por motivo de incorreção , onde se lê: PEB2P, leia-se :PEB3P.

29 748676 - 1

LICENÇA À GESTANTE - ATO N.º 04/2015
 CONCEDE LICENÇA À GESTANTE, nos termos do inciso XVIII do art. 7º da CR/1988 por 120 dias, com prorrogação por mais 60 dias conforme Lei nº 18.879 de27/05/2010, á(s) servidor(a): Conselheiro Lafaiete-SRE Conselheiro Lafaiete ,MaSP:377.464-3, Estael Aparecida Pereira de Paula, ANE1 1º/DAD 4, admissão 01, a partir de 08/09/2015.

AFASTAMENTO POR MOTIVO LUTO ATO N.º05/2015
 AFASTA POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201, da Lei n.º 869, de 05/07/1952, por oito dias, á(ao) servidor(a): Conselheiro Lafaiete-SRE Conselheiro Lafaiete, MaSP: 1.059.546-0, Cristina Ferreira Trindade Cunha, ANE3E/ FDG, admissão 01, a partir de 21/08/2015.

OPÇÃO REMUNERATÓRIA - ATO Nº 25/2015
 REGISTRA OPÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do § 1º, art.23 da Lei nº 21.710, de 2015, e art. 28-A da Lei nº 15.293, de 2004, do(a) servidor(a): Conselheiro Lafaiete- EE. “Isaura Ferreira”, MaSP:863.372-9, Amaro Jesus Vieira de Rezende, PEB1L, admissão 01, pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola D IV, a partir de 01/07/2015.

OPÇÃO REMUNERATÓRIA - ATO Nº 27/2015
 REGISTRA OPÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do § 1º, art.23 da Lei nº 21.710, de 2015, e art. 28-A da Lei nº 15.293, de 2004, do(a) servidor (a): Conselheiro Lafaiete- E.E. “Mons. Antônio José Ferreira/ EE.” General Oswaldo Pinto da Veiga”, MaSP:374.499-2, Maria de Fátima Carvalho Barros Espinha, PEB3I, admissão 01, pelo recebimento do dobro da remuneração do cargo de provimento efetivo, acrescido de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de Escola D V, a partir de 01/07/2015.

OPÇÃO REMUNERATÓRIA - ATO Nº 28/2015
 REGISTRA OPÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art.23 da Lei nº 21.710, de 2015, e art. 28-A da Lei nº 15.293, de 2004, do(a) servidor (a): Entre Rios de Minas -E.E. “Dom Rodolfo”, MaSP: 334.723-4, Elizairinda Vaz de A